



## **Feeding strategies of poor from Santa Catarina's West, Brazil<sup>1</sup>**

### **Estratégias alimentares de famílias pobres no Oeste de Santa Catarina, Brasil**

Andréia Tecchio<sup>1</sup>; Ademir Antonio Cazella<sup>2</sup>; Eric Sabourin<sup>3</sup>; Geneviève Cortes<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade do Centro-Oeste; [deiatecchio@yahoo.com.br](mailto:deiatecchio@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina; [cazella@ufsc.com](mailto:cazella@ufsc.com).

<sup>3</sup> Universidade de Brasília e Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement. CIRAD, Umr Art-Dev, MUSE; [eric.sabourin@cirad.fr](mailto:eric.sabourin@cirad.fr).

<sup>4</sup> Université Paul Valéry Montpellier 3; [genevieve.cortes@univ-montp3.fr](mailto:genevieve.cortes@univ-montp3.fr).

#### **Resumo**

A sociedade civil brasileira contribuiu na concepção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e, a partir de 2003, na formulação e gestão de políticas públicas. Essa noção defende o direito das pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades básicas. Nessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo analisar as estratégias alimentares de famílias rurais pobres. A análise baseia-se em pesquisas realizadas em 16 municípios com características rurais da região Oeste de Santa Catarina, junto a 67 famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família residentes no meio rural e urbano desses municípios, entre 2011 e 2018. Os resultados indicam que as famílias pobres adotam diversas estratégias de provisão de alimentos, com destaque para quatro mecanismos: i) produção tanto em áreas rurais quanto no perímetro urbano; ii) aquisição em supermercados que permitem o pagamento a prazo; iii) empréstimo, troca e doação junto a familiares e/ou vizinhos; e iv) doação de empregadores, igrejas e prefeituras. Nenhuma família estava passando fome, mas quase todas viviam em situação de insegurança alimentar, além de se privarem de outras necessidades básicas em prol da alimentação. De fato, o conjunto de políticas públicas não foi suficiente para assegurar o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e diversidade desejada. As famílias monoparentais e as que não dispõem de terra para a produção de alimentos (ou com acesso muito restrito) são mais vulneráveis em relação a SAN.

**Palavras-chave:** pobreza, famílias rurais pobres, segurança alimentar e nutricional.

#### **Introdução**

O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014, quando pela primeira vez, menos de 5% da população se alimentava com quantidades de calorias diárias inferior que o recomendado (FAO, 2014). Além disso, ao longo dos últimos anos, houve redução da pobreza e da extrema pobreza. Por exemplo, a pesquisa conduzida por Soares *et al.* (2016) indica que entre 2004 e 2013, a extrema pobreza que era de 7,6% caiu para 4,0% nesse período. A pobreza, por sua vez, caiu de 22,4% em 2004 para 8,9% em 2013. Esses resultados se devem, dentre um conjunto de fatores, ao fato de o país ter, a partir do início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), intensificado os investimentos financeiros e as estratégias de articulação

---

<sup>1</sup> A elaboração deste artigo baseia-se em temas desenvolvidos pela primeira autora na dissertação de mestrado e na tese de doutorado realizadas, respectivamente, junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além disso, apoia-se nos resultados parciais do projeto de pesquisa “*Gouvernance Alimentaire et Pratiques des ménages agricoles: une approche par les flux d’approvisionnement alimentaire et la multi-localisation familiale*”, do qual todos os autores participam.



entre as políticas macroeconômicas, setoriais (especialmente as sociais) e territoriais (FAO, 2014).

A partir dessa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho é analisar as estratégias adotadas por famílias rurais pobres para se aprovisionar com alimentos. Os dois objetivos específicos eram os seguintes: i) avaliar se a sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) estava garantida e, ii) identificar o papel e a importância das políticas públicas federais, estaduais ou locais nas estratégias familiares para aprovisionar alimentos. O artigo está composto por cinco partes principais. A primeira aborda o processo de construção da política de SAN no país iniciado em 2003. A segunda apresenta a metodologia das pesquisas empreendidas sobre o tema na região Oeste de Santa Catarina. A terceira discute as principais estratégias de aprovisionamento de alimentos adotadas por famílias rurais e periurbanas pobres dessa região. A quarta parte se volta para o acesso dessas famílias a políticas públicas de naturezas produtivas e assistenciais. A última parte procura sintetizar os principais pontos analisados referentes SAN das famílias que participaram das pesquisas de campo.

### **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil e o enfoque sobre a pobreza**

Em matéria de intervenção pública governamental de enfrentamento da pobreza e de promoção da SAN, o Brasil inovou ao implementar um conjunto de políticas no marco do Programa Fome Zero. Os objetivos deste Programa consistiam em garantir o direito das pessoas à alimentação adequada em quantidade e qualidade, por meio de políticas de proteção social, distribuição de renda e fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando ações estratégicas de enfrentamento da pobreza (FAO, 2014).

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído em 2003, uma das principais ações que integraram o Programa Fome Zero, consiste na transferência de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Esse Programa é apontado por Rego e Pinzani (2013), entre outros, como a principal política pública destinada às populações pobres por atender de maneira imediata uma das suas questões mais emergenciais: o acesso aos alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), outra iniciativa do Fome Zero, foi instituído em 2003. Esse Programa promove o acesso aos alimentos às populações em situação de vulnerabilidade social por meio de compras públicas a preço garantido, assegurando um mercado à agricultura familiar (GRISA, ZIMMERMANN, 2015). O Governo Federal adquire alimentos produzidos por agricultores que atendam aos critérios da Lei da Agricultura Familiar e repassa a instituições que assistem populações em situação de risco alimentar. O valor pago aos agricultores é definido com base nos preços praticados na região.

No Brasil, as primeiras ideias de alimentação escolar fomentada pelo governo surgiram na década de 1940. Entretanto, um programa de merenda escolar financiado pelo Estado somente foi implementado nos anos 1950. Desde 1979, essa política pública se chama Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este passou por mudanças significativas em 2009, sendo que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar da região (TRICHES, 2015).



Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**  
17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



A implementação de ações públicas de redução da fome e da pobreza teve continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), com a criação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Esse Plano foi instituído em 2011, com a finalidade de assistir famílias extremamente pobres já atendidas pelo PBF, por meio da melhoria no acesso a saúde, educação e emprego. Para as populações rurais em condição de extrema pobreza, o Brasil Sem Miséria financiou ações de inclusão socioprodutiva (PACÍFICO, 2016).

Partindo do pressuposto de que o consumo alimentar é um indicador de pobreza, pois quando as pessoas não possuem acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade nutricional adequada regularmente, se originam fenômenos de desnutrição e de fome (Maluf, 2011), apresentamos a seguir os conceitos teóricos que embasam a análise.

A sociedade civil organizada brasileira participou, a partir de 2003, além da formulação e da gestão de políticas públicas de SAN, da concepção do seu conceito junto às contribuições de atores governamentais. A primeira proposta de SAN foi apresentada no encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional em 2003, com aprovação em 2004, na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2011), sendo assim definida:

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (MALUF, 2011, p. 17)

A falta ou a escassez de renda é a concepção mais imediata e generalizada da pobreza, não obstante, a diferenciação entre pobres e não pobres pelo critério monetário é sempre arbitrária. As instituições encarregadas das políticas públicas de tratamento da pobreza têm como tarefa medir a pobreza por meio da definição da linha da pobreza. No entanto, a fixação dessa linha é um jogo social e uma ação política por envolver a coletividade de maneira direta ou indireta, determinando um número maior ou menor de pessoas pobres (SÉLIMANOVSKI, 2008).

O Brasil nunca adotou oficialmente uma linha de pobreza e de pobreza extrema ou indigência. Todavia, de acordo com Mattei (2013), a grande maioria dos estudos, pesquisas e trabalhos científicos, utilizam a pobreza absoluta como conceito operacional para aferir o tamanho do fenômeno e a metodologia empregada é a renda monetária *per capita* das famílias. De acordo com o mesmo autor, isso se deve a maior disponibilidade e frequentes atualizações dos dados estatísticos concernentes à renda. Destaca-se ainda que o valor monetário, que define os beneficiários de programas sociais cujo objetivo principal é a transferência direta de renda, como o PBF e o PBSM, é o critério que prevalece atualmente para definir o número de famílias/pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil.

Na perspectiva crítica ao estabelecimento da linha da pobreza como única forma de aferir esse fenômeno, surgiu no final do século XX, a concepção da pobreza como privação relativa. Para Sen (2000) a pobreza pode ser concebida como privação de capacidades básicas e não, simplesmente, como baixa renda. Essa perspectiva não nega a noção de que a baixa renda seja um dos principais indicadores de pobreza, uma vez que ela possa ser a principal causa da privação de capacidades de um indivíduo. Todavia, Sen considera que, além da privação de renda, a pobreza implica restrições de recursos materiais e de acesso aos serviços sociais, como alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento básico, entre outros.



Além disso, considera essencial que as pessoas possam participar da sociedade, cumprir suas obrigações e estabelecer relações sociais, de acordo com os costumes e as normas vigentes em cada local (SEN, 2000).

### **Contexto e metodologia do estudo no Oeste de Santa Catarina**

A região Oeste de Santa Catarina, escolhida como recorte empírico da pesquisa, tem como característica a luta pelo uso e controle da terra. Historicamente, os indígenas e os caboclos<sup>2</sup>, que tinham como particularidade o uso coletivo ou comunitário da terra apenas para se sustentarem, foram as etnias que mais sofreram expropriação desse meio de produção (RENK, 2006). A colonização no Oeste catarinense se intensificou no início do século XX, principalmente com a vinda de descendentes de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul. Os colonos se dedicaram basicamente à agricultura e introduziram um novo sistema baseado na acumulação econômica provocando uma ruptura, não sem conflitos, com o sistema tradicional de posse e uso da terra praticado pelas etnias indígena e cabocla (RENK, 2006).

Ademais, no Oeste catarinense, encontra-se um importante contingente de famílias de agricultores assentadas pela reforma agrária, decorrente de uma expressiva atuação de sindicatos e movimentos sociais que iniciaram na década de 1980, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Muitas dessas famílias, embora tenham melhorado de forma significativa suas condições de vida, não conseguiram alcançar um estado de bem-estar considerado satisfatório, permanecendo na condição de pobreza.

O elevado dinamismo socioeconômico da região Oeste de Santa Catarina é ditado, sobretudo, por agroindústrias, que têm a agricultura familiar praticada basicamente por descendentes de imigrantes italianos e alemães como principal fornecedora de matéria-prima. O sistema de integração vertical de um número expressivo de agricultores familiares com agroindústrias de médio e grande porte representa o lastro da economia local. Os principais “produtos integrados” são aves, suínos e fumo. Recentemente, com o aumento da produção de leite, a região tem se tornado uma importante bacia leiteira. A produção de grãos também é significativa, cabendo especial referência ao cultivo de soja e milho, que ocupam as maiores áreas e valores de produção de lavouras. A atividade extrativista também é relevante na economia da região, destacando-se a produção de madeira e de erva-mate. Não obstante, esse dinamismo contrasta com a persistência de um contingente expressivo de famílias rurais pobres que não se integraram às principais cadeias produtivas agropecuárias.

A pesquisa de campo foi realizada em 16 municípios da região Oeste de Santa Catarina, em três etapas, a saber: i) entre março e agosto de 2011; ii) abril e maio de 2016; iii) fevereiro e maio de 2018. A Figura 01, a seguir, apresenta a localização geográfica de Santa Catarina no Brasil e dos municípios pesquisados na região Oeste do estado.

---

<sup>2</sup> Os caboclos são originários da miscigenação étnica entre índios, luso-brasileiros e ex-escravos negros.



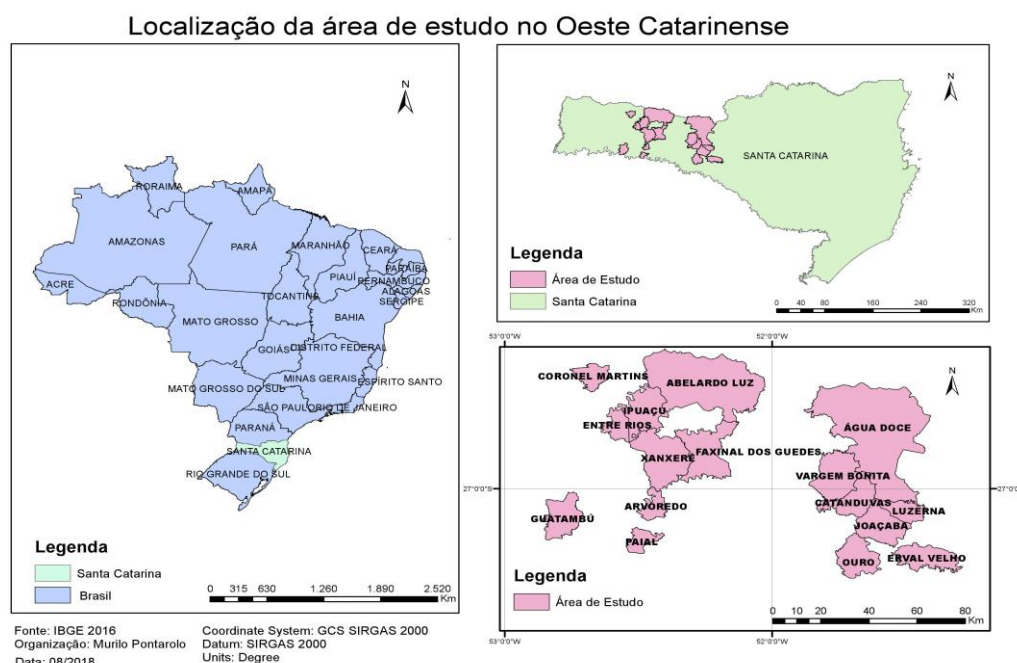


Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



Figura 01: localização geográfica de Santa Catarina no Brasil e dos municípios pesquisados na região Oeste do estado.



Fonte: IBGE, 2016.

Todos os municípios pesquisados possuem características rurais: contam com um reduzido número de habitantes com baixa densidade demográfica; estão distantes de aglomerações metropolitanas e; o setor primário possui elevada importância na economia, conforme mencionado acima. Esses municípios<sup>3</sup> foram escolhidos com base em critérios de diversidade dos contextos sociais, econômicos, demográficos e de incidência da pobreza, e considerando a concentração de populações específicas, agricultores familiares (com ou sem integração vertical, com ou sem produção agroecológica ou orgânica), assentados pela reforma agrária e povos tradicionais (indígenas e caboclos).

No total, foram entrevistadas 67 famílias assistidas pelo PBF<sup>4</sup>, sendo 45 residentes no meio rural e 22 no perímetro definido como urbano dos municípios. A identificação das mesmas foi feita com base no critério da representação da diversidade das situações de vivência da pobreza, como composição familiar, localização próxima ou distante de centros urbanos e profissões exercidas. Essa tarefa, bem como a localização das famílias, contou com apoio das Secretarias Municipais de Assistência Social, órgão público responsável pelo PBF na esfera municipal. Nas três etapas de pesquisas de campo, utilizamos questionários semiestruturados como método de coleta de informações.

### **Estratégias de provisionamento de alimentos de famílias pobres**

<sup>3</sup> Nos municípios de Abelardo Luz e Entre Rios, a pesquisa de campo foi realizada em 2011 e 2016 por concentrarem, respectivamente, assentados pela reforma agrária e indígenas. Não obstante, nenhuma família foi entrevistada duas vezes.

<sup>4</sup> O parâmetro adotado pelo PBF para a elegibilidade das famílias assistidas é a renda *per capita*, que nos anos em que a pesquisa de campo foi realizada era de R\$ 140,00 em 2011 e R\$ 170,00 em 2016 e 2018. Esses valores correspondiam, respectivamente, a aproximadamente 26%, 19% e 18% do salário mínimo vigente naqueles anos.



Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



A produção de alimentos para o autoconsumo constitui uma prática possível somente para 25 das 45 famílias entrevistadas que residem no meio rural, sendo que a maioria dispõe de menos de 01 a 05 hectares<sup>5</sup> de terra. Cabe destacar que algumas dessas famílias são assentadas pela reforma agrária e possuem entre 15 e 20 hectares de terra. Não obstante, nenhuma delas se viabiliza economicamente a partir das atividades agropecuárias, logo, em quase todos os casos, pelo menos um integrante, geralmente o homem, também trabalha como diaristas em atividades agropecuárias e/ou na construção civil. É relevante o fato das outras 20 famílias inqueridas que habitam em zonas rurais não possuírem ou terem um acesso muito restrito à terra<sup>6</sup>. Essas famílias moram em pequenos lotes e trabalham na condição de assalariados em atividades agropecuárias, a exemplo de granjas de criação de suínos e aves integradas às agroindústrias, em frigoríficos de carnes, no corte de erva-mate ou atuam na condição de diaristas em diversas atividades no meio rural ou urbano.

Das 22 famílias entrevistadas que residem em pequenos lotes em bairros periurbanos, 16 possuem acesso restrito a áreas para o cultivo de alimentos. Por sua vez, seis não produzem alimentos e moram em áreas de risco ambiental ou em conjuntos habitacionais, cujas casas foram financiadas pela Política Nacional de Habitação de Interesse Social. Na maioria dos casos, os homens trabalham como diaristas em atividades agropecuárias e na construção civil ou como assalariados em atividades diversas. As mulheres, que na divisão do trabalho por gênero, historicamente foram incumbidas pelas atividades domésticas, quando conseguem trabalhar fora de casa, fazem faxina em alguns períodos da semana, pois não podem se ausentar da casa por muito tempo. A principal dificuldade das famílias que vivem nessas condições em relação a SAN é a falta de recursos financeiros para adquirir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade necessária. De maneira geral, quando comparadas com as famílias que possuem terra para a produção de alimentos, a condição em relação a SAN é mais precária.

Uma característica presente em quase a metade das famílias pobres entrevistadas, - independentemente do local de residência -, é a divisão da terra ou do lote entre mais de uma família. Esse fato limita ou até mesmo impede a produção de alimentos pela falta de espaço físico ou de autonomia sobre a área, pois não são as “donas” do local e correm, constantemente, o risco de serem despejadas ou removidas. Contatamos, ademais, que uma parcela significativa dos entrevistados não possui documento de posse da terra ou escritura do lote, salvo as que foram assentadas pela reforma agrária. Essas famílias, na sua grande maioria, são caboclas ou indígenas que ao longo da história, foram expropriadas das suas terras.

Outro elemento que interfere na SAN das famílias estudadas, são as frequentes migrações. Nessa análise, a migração é entendida de maneira similar a Cortes (1998), como o deslocamento de um lugar de partida em direção ao lugar de chegada e resulta em mudança de residência temporária ou definitiva. Em busca de melhor acesso aos serviços públicos, melhores condições de trabalho e oportunidades de emprego, das 67 famílias pesquisadas, 52 migraram, pelo menos uma vez após a constituição inicial das famílias nucleares. Quando

<sup>5</sup> As formas e condições de acesso a terra e a lotes das famílias pobres do Oeste de Santa Catarina são bastante diversificadas. Para maiores informações, consultar Tecchio (2012; 2017).

<sup>6</sup> Consideramos que possuem acesso restrito a terra para a produção de alimentos as famílias residentes no meio rural ou urbano, cujo espaço disponível possibilita a produção de uma pequena quantidade de alimentos de origem vegetal e/ou a criação de pequenos animais.



Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



migram, ficam mais vulneráveis a SAN, pois não conseguem manter sementes e mudas para os cultivos seguintes, nem os animais que são vendidos para custear a mudança. Ademais, precisam de um tempo para estabelecer uma nova rede de sociabilidade e solidariedade que permita as trocas, o empréstimo, a doação de alimentos ou ajudas mútuas de trabalho ou serviços.

Os principais alimentos de origem vegetal produzidos pelas famílias pobres são: couve-de-folhas, temperos, alface, abóbora, amendoim, mandioca, batata-doce, milho, feijão e plantas medicinais. Entre os alimentos vegetais que podem ser extraídos da natureza, algumas famílias coletam pinhão e retiram plantas medicinais da mata. Uma estratégia adotada por algumas famílias - habitantes do meio rural e urbano - para ter a possibilidade de produzir alimentos ou para ampliar a área de cultivo, consiste no estabelecimento de relações de reciprocidade (ajuda mútua, solidariedade) com parentes e vizinhos, fazendo uso de áreas de terra disponibilizadas por estes. Essas parcerias permitem o cultivo de espécies que demandam uma quantidade maior de área. Nesses casos, não há pagamento em dinheiro por esse tipo de “parceria” de terras, mas a retribuição com a doação de uma parte dos alimentos produzidos ou com a manutenção do lote limpo. Não se trata de um contrato de arrendamento clássico estabelecendo de antemão o percentual da produção que será destinada ao proprietário da terra (meia, terça ou quarta). Essa retribuição não mercantil é regida por regras de reciprocidade e varia em cada situação (SABOURIN, 2011).

Os animais são criados por uma pequena quantidade das famílias entrevistadas que residem no meio rural. Como possuem pouca terra para a produção de vegetais para alimentá-los, criam principalmente galinhas ao ar livre porque exige assim menor quantidade de alimentos. Geralmente, abatem um ou dois porcos por ano, de acordo com o dinheiro que podem investir na aquisição de leitões e da quantidade de comida que conseguem produzir ou comprar para engordá-los. Os bovinos são criados por pouquíssimas famílias e em pequenas quantidades, por exigirem bastante alimentos e pela falta de recursos financeiros, uma vez que são, frequentemente, vendidos para suprir a necessidade de dinheiro.

A baixa fertilidade dos solos constitui outra limitação para a produção de alimentos em quase todas as famílias entrevistadas. Ademais, a estrutura para cercar as hortas e as instalações para abrigar os animais também é um fator condicionante para a produção de alimentos, pois as famílias ou não dispõem dessas estruturas ou quando as possuem são precárias. Correlacionado às dificuldades para produzir alimentos, as famílias pobres possuem poucos equipamentos agrícolas, como trator, junta de bois, arado, carroça e plantadeira, para cultivar a terra. Quando necessário, os utilizam em conjunto com familiares habitantes nas proximidades, ou emprestam de vizinhos, com quem mantêm relações de reciprocidade.

Praticamente todos os alimentos produzidos pelas famílias entrevistadas são destinados apenas para o autoconsumo e para as trocas, doações e empréstimos relacionados a essa mesma finalidade. A produção para autoconsumo, mesmo em pequenas quantidades, é importante no orçamento doméstico, pois se tivessem que ser comprados, as famílias estimam que gastariam entre R\$ 150,00 a R\$ 1.500,00 por mês. Além disso, é essencial na alimentação familiar por ampliar a diversidade nutricional. De acordo com Tecchio, Cazella e Mattei (2011), essa prática constitui uma importante estratégia de reprodução social das famílias pobres da região pesquisada.

A troca, a doação e o empréstimo de alimentos são práticas de reciprocidade recorrentes, principalmente entre as famílias pobres. Constatamos que isso se deve ao fato de que as pessoas pobres mantêm redes de sociabilidade pouco variadas e localizadas, em função



Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



da relevância dos custos econômicos para criar e manter os vínculos sociais. Encontramos consonância das nossas constatações sobre as relações sociais de famílias pobres com alguns dos resultados do estudo conduzido por Marques (2007), embora este tenha sido realizado na cidade de São Paulo.

Observamos ainda que as famílias pobres recebem, com certa frequência, doações de alimentos de igrejas ou empregadores, além de prefeituras, por meio das cestas básicas nos períodos em que os recursos financeiros disponíveis não são suficientes para a aquisição da quantidade de alimentos necessária. No caso das cestas básicas, quem define os critérios para o fornecimento é a Secretaria de Assistência Social de cada município. De maneira geral, são atendidas famílias numerosas, monoparentais<sup>7</sup> e que possuem algum integrante impedido de trabalhar devido a problemas de saúde ou desemprego temporário.

A maior parte dos alimentos que não é produzida é adquirida em supermercados, sendo denominada pelas famílias como “comida grosseira”. Essa expressão refere-se basicamente aos itens que integram uma cesta básica: farinha, arroz, feijão, óleo e leite. Geralmente, as famílias frequentam supermercados próximos dos locais onde residem, cujos proprietários são conhecidos, o que possibilita o pagamento parcelado ou no mês seguinte. Esse sistema é mais frequente quando da ocorrência de imprevistos, a exemplo de despesas com medicamentos. Além disso, tais estabelecimentos não cobram taxa extra para entrega dos produtos em suas residências. Se, por um lado, essa estratégia proporciona alguns benefícios, por outro, inviabiliza a aquisição de alimentos a partir do critério do menor preço. Em alguns casos, as famílias trocam alimentos por eles produzidos, principalmente feijão e mandioca, com donos de supermercados por produtos que precisariam comprar. As famílias que não têm acesso adequado aos meios de transporte público, independentemente de residirem no meio rural ou urbano, optam por adquirir um “sacolé” composto por alimentos e produtos de higiene e limpeza, entregues nas suas residências mensalmente pelos supermercados. Nesses casos, são privadas da compra de produtos mais baratos e da opção de escolher os tipos e a qualidade dos mesmos.

Outro elemento observado, independentemente da forma de obtenção da comida ou do local de residência, é de que a responsabilidade pelo provimento de alimentos recai mais sobre as mulheres. Isso, aliado ao peso das atividades domésticas, às priva do acesso ao trabalho remunerado, obrigando-as a recorrer aos recursos financeiros do PBF - assunto retomado a seguir - e/ou dos cônjuges. Nesse contexto, as famílias monoparentais são mais vulneráveis em relação a SAN, pois as mulheres são as únicas responsáveis pela provisão dos alimentos e de dinheiro para custear as despesas domésticas.

No que concerne aos hábitos alimentares, o consumo de feijão e arroz faz parte das duas principais refeições diárias (almoço e jantar) de praticamente todas as famílias. O consumo de carne é extremamente baixo, sendo mais consumida a de frango, por ser a mais barata. Mesmo que parte das famílias produza alimentos, as frutas e as verduras não estão presentes na dieta alimentar dessas famílias com regularidade e, frente à escassez, são fornecidas prioritariamente às crianças.

### **As políticas públicas acessadas pelas famílias pobres**

---

<sup>7</sup> Família monoparental é entidade familiar constituída por um único progenitor que cria e educa sozinho os seus filhos.





O PBF, por ter sido escolhido como indicador de pobreza, beneficiava todas as famílias inqueridas. Segundo elas, a transferência de renda por meio deste Programa é uma garantia de que a família não vai passar fome em caso de haver algum problema na produção de alimentos ou do ingresso de renda devido ao desemprego temporário ou sazonalidade do trabalho. Uma das regras do Bolsa Família é de que, entre os provedores do sustento, a mulher seja a titular do “cartão”, em outras palavras, elas são as administradoras do recurso financeiro. Isso significa uma possibilidade de que conseguirão suprir as necessidades mais básicas da família, entre elas, a aquisição de alimentos.

De um modo geral, as famílias ressaltaram a importância da melhoria da alimentação escolar por meio do fornecimento de alimentos produzidos pelos agricultores familiares e adquiridos por intermédio do PAA e/ou do PNAE. Elas mencionaram que quando as crianças se alimentam bem na escola, diminui o consumo de alimentos em casa. Isso apesar de representar uma pequena economia na aquisição de alimentos, não deixa de ser importante para os domicílios que possuem orçamentos limitados.

Do universo de 67 famílias inqueridas, apenas quatro acessaram políticas de inserção produtiva, no caso, o PBSM. Destas, três investiram os financiamentos não reembolsáveis, comumente denominados pelos agentes de extensão rural e financeiros como sendo a “fundo perdido”, em infraestrutura para produção de hortaliças, como cercado para horta, construção de estufa, instalação de sistema de irrigação e aquisição de equipamentos (carrinho de mão, pá, enxada) e, em um caso, na construção de galinheiro e cercado para galinhas. Nessas famílias, o PBSM contribuiu para a melhoria da produção de alimentos para o autoconsumo.

### **Considerações finais**

Nenhuma das famílias contemplada nessa pesquisa se encontrava em situação de fome, não obstante, a insegurança alimentar e nutricional, caracterizada pela pouca diversidade e baixa qualidade nutricional dos alimentos estava presente, em alguma medida, em quase todas elas. As residentes no meio rural que dispunham de terra para produzir alimentos para o autoconsumo, apresentam uma situação de SAN melhor quando comparadas com as que residem em zonas rurais e bairros periféricos, cujo acesso a esse meio de produção é restrito ou inexistente. Entre as famílias pobres, as monoparentais sofrem mais restrições alimentares, uma vez que as mulheres são as únicas responsáveis pela provisão de recursos financeiros para suprir as despesas domésticas.

Em suma, nenhuma família entrevistada possuía acesso regular e permanente a qualidade, quantidade e diversidade de alimentos desejada. Por exemplo, destacamos o consumo limitado de carnes, frutas e verduras, e o excesso de consumo de hidrocarbonos que geram obesidade. Além do mais, se privavam de outras necessidades básicas em prol da alimentação, como transporte, aquisição de roupas e calçados.

Nas últimas décadas, o Brasil implementou um conjunto de políticas públicas que contribuiu para a redução da pobreza e da extrema pobreza e proporcionou melhorias no acesso aos alimentos, levando o país a sair do Mapa da Fome. Todavia, isso não foi suficiente para que famílias pobres do Oeste de Santa Catarina superassem a condição de pobreza e tivessem garantida a SAN. Além do mais, as decisões tomadas pelo governo após Michel Temer ter assumido a Presidência da República em 2016, não geram esperanças de que haverá espaço, pelo menos, num curto período de tempo, para o avanço em investimentos em ações públicas de promoção da SAN e de enfrentamento da pobreza. Soma-se a isso, o fim da



Third International Conference  
**AGRICULTURE AND FOOD  
IN AN URBANIZING SOCIETY**  
17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



garantia do percentual de recursos financeiros a serem investidos nas áreas da saúde e de educação que estavam assegurados na Constituição Federal de 1988.

## Agradecimentos

Agradecemos as seguintes instituições pelo auxílio financeiro às pesquisas que embasaram esse trabalho: Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Institut national de la recherche agronomique (INRA) e o *Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement* (CIRAD).

## Références

- CORTES, G. Migrations, systèmes de mobilité, espaces de vie : à la recherche de modèles. **Espace géographique**, v. 27, n. 3, p. 265-275, 1998.
- GRISA, C. ZIMMERMANN, S. A. Estado e sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil: a construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). **Agroalimentaria**, Mérida, Venezuela, v. 21, n. 41, p. 17 – 36, 2015
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapas**, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **État de l'insécurité alimentaire dans le monde**. 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030f.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 174 p.
- MARQUES, E. C. L. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. 2007. 176 p. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- MATTEI, L. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções metodológicas de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v.19, p. 89-123.
- PACÍFICO, D. A. **A territorialização da ação pública**: de traduções e de controvérsias na análise do Plano Brasil Sem Miséria no norte do estado de Minas Gerais. 2016. 283 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 241 p.
- RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2 ed., 2006. 250 p.
- SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 270 p.
- SÉLIMANOVSKI, C. **La frontière de la pauvreté**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. 294 p.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.
- SOARES, S., *et al.* **Perfil da pobreza**: Norte Nordeste rurais. Estratégia do FIDA para o Brasil 2016-2021 e Série de Estudos sobre a Pobreza Rural. 2016, 41 p.
- TECCHIO, A., CAZELLA, A. A., MATTEI, L. Estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado (SC). **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 32, n. 2, p. 68-81, 2011.
- TECCHIO, A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro**: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC). 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.
- TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181-235.